



**“Questão Social, Pandemia e Serviço Social:  
em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Ênfase na Questão Urbana

**REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS EM  
ESPAÇOS POPULARES E FAVELAS.**

ANNA CAROLINA MACEDO CARDOSO <sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo pretende apresentar reflexões teóricas sobre a constituição das favelas e a atuação profissional de assistentes sociais nesses espaços. Compreendendo a segregação socioespacial presente na cidade do Rio de Janeiro como expressão da lógica capitalista que mercantiliza o espaço urbano e que criminaliza a pobreza que se apresenta nesses espaços. O Serviço Social como profissão que atua nas expressões da Questão Social irá trabalhar diretamente com a população residente nesses locais.

Palavras chaves: Serviço Social, Favela e Projeto Ético Político.

Abstract: This article intends to present theoretical reflections on the constitution of favelas and the professional performance of social workers in these spaces. Understanding the socio-

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense

spatial segregation present in the city of Rio de Janeiro as an expression of the capitalist logic that commodifies the urban space and criminalizes the poverty that appears in these spaces. Social Work as a profession that works in the expressions of the Social Question will work directly with the population residing in these places.

Keywords: Social Service, Favela and Political Ethical Project.

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto de reflexões realizadas durante o percurso de pesquisa acadêmica no processo de doutoramento onde se pretende analisar a atuação dos profissionais que estão inseridos em instituições localizadas em favelas.

A partir disso, se torna fundamental compreender como a lógica capitalista intervém no espaço urbano, a função do Estado na organização (e na manutenção) desse modo de

produção, e a atuação dos assistentes sociais nos espaços de favela para pensar a materialidade do Projeto Ético Político do Serviço Social nesses espaços.

Portanto, o presente artigo intenciona uma reflexão sobre o contexto social ao qual o assistente social está inserido, contribuindo para que assistentes sociais se debrucem sobre esses espaços partindo da perspectiva crítica, pensando a ação profissional comprometida com outro projeto de sociedade.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 1. O espaço urbano como expressão da luta de classes

Lefebvre (2016), alerta que não há como pensar a cidade sem conceber o espaço que ela ocupa e do qual ela se apropria. Continua afirmando que é impossível pensar a cidade e o urbano enquanto obras sem antes concebê-los como produtos.

À sua maneira, produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode, portanto, isolar-se e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto- produtor, suporte das relações econômicas sociais. (LEFEBVRE, 2016, p. 3)

Para o autor, se o espaço social<sup>2</sup> intervém no modo de produção (efeito, causa e razão) ele também muda com esse modo de produção, ou seja, ele muda com as sociedades. O modo de produção organiza e produz o seu espaço e tempo, dessa forma se realizando.

Para Lefebvre (2008) o espaço da sociedade capitalista se pretende racional, porém

---

<sup>2</sup>É o espaço construído, produzido, projetado, portanto o espaço urbano.

na prática é comercializado e despedaçado, sendo simultaneamente global e pulverizado. Essas contradições irrompem no plano institucional e é nesse plano que se percebe que a classe dominante dispõe de duplo poder sobre o espaço: primeiramente pela propriedade privada do solo e em segundo lugar, pela globalidade, o conhecimento, estratégia e ação do Estado.

No capitalismo a produção do espaço se realiza na contradição fundante do ato de produzir. Isso significa que a propriedade privada da riqueza social, incluindo o espaço socialmente produzido, é mediação necessária na relação cidadão – cidade. (CARLOS, 2016)

Entendendo que o capitalismo além de produzir e reproduzir relações sociais que sustentam esse modo de produção, também influi na construção de espaços desiguais. Desta forma, a segregação se estabelece como um dos resultados das estratégias de acumulação do capital no espaço urbano.

A produção do espaço com fragmentações e desigualdades é elucidada a partir da Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, segundo Trotsky (2007), essa lei apresenta as formas combinadas do capitalismo na busca por acumulação, produzindo desigualdades que se refletem tanto entre os países, como entre as cidades e em nível local dentro das próprias cidades.

A cidade reflete as relações sociais em seu território<sup>3</sup>. Dessa forma, o território da cidade dentro do capitalismo será desigual, pois é planejada para facilitar o processo de acumulação capitalista em detrimento das necessidades reais das pessoas que a ocupam.

As favelas surgem nas regiões centrais e zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Abreu (1994), elas surgem como alternativa de moradia próxima aos locais de trabalhos, como também com relação aos custos de acesso à moradia no centro. Porém, o

---

<sup>3</sup>Para Haesbaert (2014) território tem a ver com poder, mas não só com o poder político. Diz respeito tanto ao poder no sentido de dominação, quanto no sentido simbólico, de apropriação. “O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42)

processo de expansão e permanência das favelas não foi tranquilo. O Estado dentro desse contexto tem papel fundamental. Através de políticas públicas e de projetos regulamentados pelo poder público, as atenções voltadas para as favelas variavam de tentativas para extinguir esses espaços, como também de momentos voltados para a “urbanização” desses locais.

Abreu (1994) afirma que a favela é anterior a reforma urbana, com sua origem atrelada a dois processos que afetaram a cidade do Rio de Janeiro ao final do século XIX, que foi a crise habitacional e as crises políticas advindas com a República. Porém Gonçalves (2013) destaca que a reforma urbana do início do século XX na cidade do Rio de Janeiro nos permite compreender a atual divisão socioespacial da cidade e o papel que o mercado imobiliário ocupa na economia da cidade.

A partir da década de 1920 as favelas se expandem de forma multidirecional, e é quando o termo “favela” se generaliza passando a designar as aglomerações de habitações que surgiam na cidade geralmente em morros, construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público.

A mobilização social dos favelados sempre apresentou um perigo real e, portanto, era necessário controlar. Isso se expressa nas políticas voltadas às favelas durante o século XX que pretendiam sempre impor um controle sobre essa população. A expansão das favelas provocou um grande debate, onde se colocou a necessidade de modificação da estrutura do Estado na administração da questão habitacional, “não mais a partir da gestão do habitat, mas do ordenamento do espaço urbano.” (GONÇALVES, 2013, p.74)

## 2. O papel do Estado e a criminalização da pobreza

A urbanização do capital pressupõe a dominação da classe capitalista do processo urbano, como dos aparelhos do Estado, e sobre populações inteiras (seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos). Ou seja, a cidade e o processo urbano que a produz são esferas importantes da luta de classes. (HARVEY, 2014)

O Estado fortalece tais diferenciações, como também favorece através de seus aparatos, a produção e reprodução do capital, servindo aos interesses da classe dominante. Segundo Marx (1971) o Estado se coloca a serviço da burguesia, e as determinações de suas ações estão ligados aos interesses dessa classe.

Gramsci (1980) utiliza o conceito de Estado ampliado sendo composto por sociedade política e civil. Com a socialização da política o Estado se amplia e incorpora novas funções, preservando a função de coerção (sociedade política) e incorporando a esfera da sociedade civil, que tem por função o consenso. O Estado tem uma missão educativa e formativa que tem o objetivo de adequar a “civilização” e a moralidade das massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, elaborando também novos tipos de humanidade. Cada Estado tende a criar e manter certo tipo de civilização e cidadão tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos para difundir outros e o direito é o instrumento para esse fim. O Estado é um instrumento de racionalização, atua segundo um plano, incita, solicita e pune. (GRAMSCI, 1980)

A ação do Estado é evidentemente diferenciada para cada espaço da cidade. Os centros, locais de moradia da burguesia, são sempre prioridade quando se trata de investimentos no desenvolvimento urbano, enquanto os territórios que abrigam os contingentes de trabalhadores são relegados a segundo plano, dando a impressão de invisibilidade dessas localidades para o Estado. Porém, a política de segurança pública é extremamente presente no cotidiano desses espaços.

Em contexto de crise, as expropriações aumentam a insegurança e a precaridade, pressionando para um exercício autoritário cada vez maior. Esse exercício desempenha dupla função: integrativo (com a criação de um inimigo em comum) e repressivo (reforçando o braço coercitivo estatal contra o inimigo). Ao tempo que se exige exercícios autoritários da

autoridade, o medo do outro tem potencializado os movimentos sociais de extrema- direita. (GONÇALVES, 2019)

A autora Malaguti (2003) afirma que a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. Os meios de comunicação de massa se encarregam de apregoar campanhas de lei e ordem que apavoram a população, e por isso são fundamentais para o exercício do poder de todo sistema penal. A criminalização da pobreza é encoberta pelo discurso de ordem, que tem suas raízes no sistema escravocrata e que implanta um sistema penal seletivo e genocida, onde se perpetua através de um discurso moral sobre o crime.

Coimbra (2000) analisa o discurso sobre uma “guerra civil” em curso nas metrópoles brasileiras, apontando que esse discurso está presente em vários momentos históricos da humanidade. E tal expressão é utilizada para justificar perseguições, violações, extermínios e a dominação de determinados grupos sobre outros. A classe dominante utiliza-se de “medidas de exceção”, como parte de um “estado de guerra”.

Cunha e Mello (2012) discorrem que a atuação da polícia nas favelas é caracterizada historicamente pelo uso da violência, abuso de autoridade e desrespeito aos moradores. Nas incursões policiais a população moradora é tratada como bandidos em potencial, dessa forma as práticas de violências sempre foram comuns. A leitura feita desses moradores como suspeitos, percorre o senso comum e está diretamente ligada a representação historicamente construída desse lugar resultando na criminalização dessa população. Essa ideia é anterior ao surgimento da favela, ainda na época dos cortiços esses locais eram identificados como “antro da malandragem e do crime” e por isso, eram uma ameaça à ordem social. (CUNHA; MELLO, 2012)

O autor Iasi (2013) expõe que, no âmbito do cotidiano, a consciência corresponde ao senso comum e está submetida à sociabilidade do capital que toma as relações sociais como naturais e imutáveis. Essa consciência imediata se apresenta como se fosse a realidade, transitando pelas diferentes esferas da vida de forma fragmentada e superficial. “A forma histórica da sociabilidade burguesa se apresenta como realidade à qual temos que nos submeter, reprimindo nossos impulsos.” (IASI, 2013, p. 42) Sendo assim, “o

cotidiano é o campo dos mecanismos de adaptação” (IASI, 2013, p. 43).

Segundo Marx (1971) para fazer história os homens precisam ter condições de viver, e ao produzir os meios que satisfaçam suas necessidades criam também novas necessidades e novas relações sociais “a produção de ideias, de representações, da consciência, está entrelaçada com a atividade material.” (MARX e ENGELS, 1991, p. 36) Ao desenvolverem a produção material, os homens transformam sua realidade e seu pensar. O autor completa dizendo que,

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. (MARX, 1971, p. 45)

Portanto, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. (MARX, 1974, p. 45) E a totalidade dessas relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade que é a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX 1971)

Segundo Gramsci (1982), cada grupo social, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. Gramsci (1982) destaca que os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.

Nenhum modo de pensar se torna dominante sem o apoio de um aparato conceitual que provoque nossas sensações, instintos, valores e desejos. Quando logra êxito, esse aparato conceitual se coaduna ao senso comum de tal forma que é tido como certo e livre de questionamento. (HARVEY, 2008)

O urbano transcende a cidade. A partir disso, compreende-se que o espaço urbano envolve o material e o imaterial, o objetivo e o subjetivo, ideologias e representações. Dessa forma, as cidades apresentam contradições na organização espacial que carregam significados produzidos pelas ideologias e representações, através das atividades políticas, econômicas e culturais que influenciam na formação da sociedade. (FERREIRA, 2011)



### 3. O Serviço Social e a atuação profissional nas favelas

O Serviço Social enquanto profissão estará sempre presente nas políticas públicas voltadas para esses espaços. O Serviço Social é um tipo de especialização do trabalho coletivo, situado no interior da divisão social do trabalho, por isso participa da reprodução das relações sociais (relações de classe) e do relacionamento contraditório entre elas. A reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de um determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade; o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO, 1995)

De acordo com Santos (2016) durante o processo de urbanização no Brasil as favelas se afirmaram no imaginário social como “lócus” do crime. Colocando as classes populares como ameaça e reforçando a segregação do espaço urbano. O Serviço Social é uma das profissões mais antigas a desenvolver ações nesses territórios, pois tem como objeto de trabalho a Questão Social<sup>4</sup>.

As propostas de enfrentamento da Questão Social no Brasil articulam assistência focalizada/ repressão, com o auxílio do braço coercitivo do Estado no lugar da construção do consenso inerente ao regime democrático. (IAMAMOTO 2001) Dessa maneira o Estado responde com repressão as demandas da classe trabalhadora que ocupa a favela.

Um recorte histórico exemplifica a atuação de assistentes sociais nas favelas, no

---

4 (...) diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana- o trabalho-, das condições necessária à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001: 17)

início do século XX, com as conformações das favelas. Santos (2016) aponta que a atuação profissional ocorria na intervenção junto à população residente nos Parques Proletários, através das ações realizadas pela Cruzada São Sebastião<sup>5</sup> e principalmente, pela Fundação Leão XIII. A Cruzada São Sebastião visava reunir de forma mais concreta a urbanização e a pedagogia cristã, e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), criado para apoiar as duas instituições cristãs. (BURGOS, 2012)

O crescimento da população favelada combinada ao medo da disseminação de ideais comunistas resultou na abertura de diálogo com os favelados, explicitando-se em algumas concessões no intuito de evitar a aproximação de outras correntes políticas. Cabe destacar o papel da já mencionada Fundação Leão XVIII nesse período, que até meados da década 1950 trabalhou por meio de forte tutela juntos aos grupos populares com a função de “recuperação social e moral” dessa população. A instituição procurou estimular o espírito associativo, controlando e orientando algumas associações de moradores. A Fundação Leão XVIII também buscou fortalecer sua influência com a promoção de atividades como mutirões, autoconstrução que proporcionasse melhorias para as favelas.

De acordo com Santos (2016), nesse período apontava-se para uma perspectiva de transformação na mentalidade dos moradores que ocorria pelas relações estabelecidas com os profissionais agentes poder público, entre eles o assistente social. Nesse período o Serviço Social ainda estava vinculado à ideologia religiosa, permeado por julgamentos morais, observando a miséria como uma situação patológica, sem aprofundar nos estudos das bases materiais.

O Serviço Social surge de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da igreja. A profissão se caracteriza como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial. O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento reformista- conservador. (IAMAMOTO, 1995)

É no final dos anos 50 e início da década seguinte que se fazem ouvir as primeiras manifestações de questionamento à profissão. O contexto social era de efervescência

---

<sup>5</sup>Foi criada pela Igreja Católica em 1946. Tinha como objetivo promover moralmente os favelados.

política. Essas manifestações coincidem com o fim do pacto populista e no golpe de 1964. A ruptura com o conservadorismo expressa-se numa procura de novas bases de legitimidade da profissão, que ao reconhecer as contradições sociais busca colocar-se a serviço dos interesses dos usuários. Não é um movimento interno da profissão, mas faz parte de um movimento mais geral. (IAMAMOTO, 1995)

Netto (2005) faz um balanço das conquistas do movimento de reconceituação, elencando quatro: a primeira seria a articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana; a segunda foi a explicitação da dimensão política da ação profissional; a terceira conquista estava na interlocução crítica com as ciências sociais; e a quarta foi a inauguração do pluralismo profissional. A principal conquista desse movimento foi a recusa do profissional em ser um agente técnico puramente executiva, reivindicando atividades de planejamento e inserindo a pesquisa também como um atributo profissional.

A profissão surge como um dos mecanismos que o capitalismo dispõe para minimizar os efeitos da questão social, mas ao compreender o caráter de classe desta demanda, e as contradições que envolvem a existência da profissão nesta sociabilidade, parte da categoria se rebelou contra essa origem, encontrando outro caminho para a legitimidade social do Serviço Social. Embora não se possa mudar o lugar e o significado da atividade profissional no processo de acumulação da riqueza e exploração do trabalho, fonte da pobreza e das desigualdades na sociedade capitalista, pode-se assumir um lugar na luta pela superação desta mesma ordem que originou a profissão. (BORGES; MATOS, 2020, p. 82)

Diversas transformações ocorreram desde então no Serviço Social, que deixou para trás tal mentalidade, realizando estudos e análises mais profundas sobre as expressões da Questão Social. Essa mudança se explicita nos marcos regulatórios da profissão e nas prerrogativas do Projeto Ético Político profissional que fortalece a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.

Apesar dos avanços nas análises societárias presentes na profissão, percebe-se que os espaços sociocupacionais de assistentes sociais localizados em favelas são permeados por diversas questões dentre elas: o medo, que se coloca no cotidiano desses profissionais, impactando de forma significativa as formas de atuação das assistentes sociais.

Os dilemas da alienação incidem no exercício profissional do assistente social, enquanto trabalhador assalariado. Dessa forma, se estabelece uma tensão entre projeto ético político e alienação do trabalho.

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais. (RAICHELIS, 2011, p. 427)

Lucaks (2012) afirmará que o trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho, por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, matérias primas, etc.

Para Marx (1971) na sociedade capitalista a mercadoria passa a ter centralidade, tudo passa a ter preço, o próprio trabalhador nada mais é que um mero vendedor da sua mercadoria- força de trabalho, configurando-se como trabalhador assalariado. O salário é apenas parte do que o trabalhador produziu (trabalho pago), necessário à sua subsistência (a sua reprodução), o restante do valor apropriado pelo patrão é a mais-valia que é a fonte da acumulação capitalista, portanto a produção de mais-valia é o propósito e o que define a produção capitalista. Essa é lei geral de acumulação capitalista.

O Serviço social vem sofrendo repercussões no seu âmbito de ação, pois são agentes trabalhadores assalariados que atuam nas políticas sociais em função das expressões da questão social, e atualmente o processo de mercantilização dessas políticas se coloca em detrimento da perspectiva de universalização, propondo para o enfrentamento da questão social medidas assistencialista, focalizadas e repressivas. (FORTI, 2020)

O assistente social possibilita que os usuários das políticas públicas se voltem sobre o seu cotidiano numa atitude investigativa, analítica e crítica. Porém, para isso é necessária uma formação teórica, ética, política e técnica que viabilize condições de ocupação dos espaços profissionais através de projetos. Somente a graduação não molda o fazer profissional, sendo importante uma educação permanente que pense e repense o exercício profissional. A vivência e o exercício permitem a aquisição de habilidades. (VASCONCELOS, 1993)

O Projeto Ético Político do Serviço Social para se tornar realidade exige uma

preparação teórico-metodológica e técnico- operativa, baseando-se na economia política, analisando as situações concretas, focando na correlação necessária entre a academia e meio profissional. Pois é através do cotidiano profissional, tomado como objeto de investigação e crítica sistemática, que é possível aos assistentes sociais superarem práticas conservadoras e apreender as possibilidades presentes na realidade. (VASCONCELOS, 2015)

### **3. CONCLUSÃO**

Para transpor às requisições institucionais e a imediatez do cotidiano profissional, o assistente social precisa além de um conhecimento teórico generalista, um conhecimento que considere as contradições que emergem do movimento do cotidiano da prática, apreendendo a realidade em movimento, permitindo desmistificar o que está aparente nessa realidade e possibilitando uma leitura das necessidades individuais como necessidades coletivas. Nesse processo é imprescindível a união entre academia e espaços socioinstitucionais, para que a academia tenha acesso a uma reconstrução empírica e qualificada do cotidiano profissional. (VASCONCELOS; BALTAR, 2020)

Segundo Guerra (2009), o assistente social atua diretamente sobre a realidade, e é necessário para que haja uma intervenção eficaz que o profissional conheça e busque aproximações constantes sobre a realidade na qual atua.

O cotidiano é expressão de um modo de vida, onde são também gestados, os fundamentos de uma prática inovadora. A descoberta do cotidiano é descoberta das possibilidades de transformação da realidade. Por isso, a reflexão sobre o cotidiano acaba sendo crítica e comprometida com o possível. O cotidiano é o “solo” da produção e reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 1991)

Portanto, refletir sobre a prática profissional e sobre as expressões da Questão Social de forma a colaborar para o direcionamento das ações profissionais em conformidade com o Projeto Ético Político, reforçando a importância de assumir um compromisso ético político frente às demandas institucionais que são atravessadas pela lógica da criminalização da pobreza, reconhecendo-as e ultrapassando-as. Fortalecendo o compromisso com outro tipo de sociedade que não se baseie na desigualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro.** *Revista Espaço & Debates*, Rio de Janeiro, n 37, p.34-46, 1994.

BORGES, Maria Elizabeth Santanna; MATOS, Maurílio Castro. **As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade.** In: BRAVO, Maria Ines; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes. Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: [https://56e818b2-2c0c-44d1-835cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6\\_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf](https://56e818b2-2c0c-44d1-835cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_2da984d26e504f26bff6b82e138a90ac.pdf)

BURGOS, Marcelo Baumann. **Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade.** In: **Favelas cariocas: ontem e hoje**; organização Marco Antônio de Mello... [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2016.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **PRODUZINDO O MITO DA “GUERRA CIVIL”:**

**NATURALIZANDO A VIOLÊNCIA.** Trabalho apresentado na Mesa Redonda: “Drogas, Poder e Violência” no 3º Seminário Internacional Sobre Toxicomanias: Desafios da Pós Modernidade- diversidades e perspectivas, realizado pelo NEPAD/UERJ, no Rio de Janeiro, de 5 a 8 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/psm/uploads/texto66.pdf> Acesso em: 21 de Novembro de 2017.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antônio da S. **A UPP e o processo de urbanização na favela Santa Marta: notas de campo.** In: **Favelas cariocas: ontem e hoje**; organização Marco Antônio de Mello... [et al.]. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FORTI, Valeria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho Profissional.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2020, cap. 1, p. 23- 97.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.** Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **“Crise, expropriações e autoritarismo”** in CILAGHI, J. e DEMIER, F. (orgs). **O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** In: CFESS, ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em**

**insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Esther. **O território em tempo de globalização.** In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de Agosto de 2007, nº 2 (4), vol.1.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações.** Ed. Loyola, São Paulo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no capitalismo.** In: Revista Temporalis nº03. Brasília: ABEPSS/Grafline, 2001. (2004)

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 3 edição. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1991

IASI, Mauro L. **A rebelião, a cidade e a consciência.** In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142013000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142013000300009). Acessado em: 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** In: **LUKÁCS, György Para uma ontologia do Ser Social I.** São Paulo: Boitempo, 2012, cap. IV, p. 281-422.

MALAGUTI, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARX, K. **Prefácio 1859. Para a Critica da Economia Política.** Coleção os Pensadores.



Manuscritos Econômicos – Filosóficos e outros Textos Escolhidos. Ed. Victor Civita São Paulo: 1974.

**.O Capital (Crítica da Economia Política). O Processo de Produção Capitalista.** Livro 1. Vol. I Cap. XXIII– 2ª Ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, K. e ENGELS, F. “**A ideologia Alemã**”. (I- Feuerbach). Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 8ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação – 40 anos depois.** In: **Serviço Social & Sociedade.** n. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 107, p. 420-437, jul./set., 2011.

SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **A desconstrução do medo e o trabalho dos assistentes sociais nas favelas.** Trabalho apresentado no 15º Encontro Nacional de Pesquisadoras (es) em Serviço Social. São Paulo, 2016.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

VASCONCELOS, A.M. **Serviço Social e Prática Reflexiva.** In: Revista Em Pauta nº 10. Rio de Janeiro: UERJ-FSS, 1997.

\_\_\_\_\_. **A/O assistente social na luta de classes. Projeto profissional e mediações teórico-práticas.** São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. VASCONCELOS, A.M., BALTAR, F.J. **Serviço Social, projeto ético político profissional, produção de conhecimento.** In: BRAVO, M.I. & MATOS, M.C. & FREIRE, S.M. (Orgs). **POLÍTICAS SOCIAIS E ULTRANEOLIBERALISMO.** 1ª Edição Eletrônica. Navegando: Uberlândia/MG, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>